

MEMÓRIAS

CIDADANIA NEGRA, ANTIRRACISMO E RESISTÊNCIA

DO FUTURO



*Os textos aqui apresentados são parte da exposição **Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência**, em cartaz no Memorial da Resistência de São Paulo de 4 de junho de 2022 a 8 de maio de 2023.*

A exposição **Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência** apresenta ao público do Memorial da Resistência de São Paulo um panorama histórico de mais de um século de lutas por direitos da população negra no estado de São Paulo, abrangendo o período de 1888 até os dias de hoje. Ao convidar o sociólogo e escritor Mário Medeiros para fazer a curadoria desta exposição, o Memorial transforma o espaço do museu num lugar de leitura e referência para abrigar uma extensa pesquisa que reúne em fotografias, cartazes, jornais, documentos da repressão, manifestos e manifestações artísticas as lutas lideradas pela população negra brasileira, que constitui, desde suas origens, uma das principais forças contestadoras da repressão e da violação de direitos humanos cometidas na história do nosso país. Como nos lembra Medeiros, “a experiência negra é parte da história da cidadania brasileira e sua luta por direitos, e é necessário contá-la para saber quem somos e o que almejamos ser enquanto sociedade.”

A mostra foi criada em colaboração com organizações e coletivos convidados, como a Coalização Negra por Direitos, a revista *O Menelick 2º Ato*, as Capulanas Cia de Arte Negra e o Ilú Obá de Min, em parceria com os arquivos e acervos de cultura negra no AEL – Unicamp, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Museu da Imagem e do Som, na Pinacoteca do Estado, no Memorial da Resistência e no Condephaat, e com a participação de artistas como Bruno Baptistelli, Geraldo Filme, João Pinheiro, Moisés Patrício, No Martins, Renata Felinto, Sidney Amaral, Soberana Ziza e Wagner Celestino. Entre tantas outras vozes, **Memórias do Futuro** traz à tona a continuidade e a persistência do associativismo negro em suas formas de resistência ao longo dos anos.

Como um *lugar de memória* que tem como missão a luta pela valorização dos princípios democráticos, pelo exercício da cidadania e pela educação em direitos humanos, o Memorial da Resistência entende ser urgente nos indagarmos enquanto cidadãos sobre a nossa responsabilidade na perpetuação do racismo e como podemos nos engajar na luta antirracista para construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Esta exposição é um convite para seguirmos os fios tecidos por mulheres e homens negros em torno de suas memórias e fabulações por um futuro.

Ana Pato

Coordenadora do Memorial da Resistência

Jochen Volz

Diretor-geral da Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC)

MEMÓRIAS DO FUTURO: CIDADANIA NEGRA, ANTIRRACISMO E RESISTÊNCIA

“Enquanto houver racismo, não haverá democracia!”

Coalizão Negra por Direitos

“A fúria negra ressucita outra vez”

Racionais MC's

As experiências de vidas negras em São Paulo sempre imaginaram, a partir de seus tempos presentes, futuros melhores. Isso significou, muitas vezes, lutas contra diferentes formas de violências e silenciamentos organizados pelo racismo e pela discriminação. Também significou acima de tudo a afirmação da vida e a busca pelo respeito aos direitos que deveriam ser de todos.

O futuro foi concretizado, materializado em marcas que ainda hoje nos alcançam nas paisagens da cidade e do estado. Além disso, não se trata de um tempo linear e retilíneo. O tempo dessa imaginação é circular e também se dobra sobre si mesmo, espelhando-se, convidando-nos a olhar com atenção as marcas de permanência, as continuidades e as mudanças das vidas negras que o construíram.

As marcas da São Paulo colonial, construídas por mãos negras, por mestres de cantaria como Tebas, conversam com monumentos, edifícios e lugares de memória dos séculos XX e XXI, reivindicados como espaços negros da cidade. A imprensa negra de nossos dias, veiculada pela internet e pelas redes sociais, homenageia e continua projetos iniciados antes da República e em meio à Abolição, que atravessaram o século XX em papel, de mão em mão, em bailes e associações.

As demandas por educação, saúde, moradia digna e direito à cidadania e à cidade, que são palavras de ordem hoje em dia, têm uma longa história de reivindicações, ativismos, projetos e organizações coletivas. “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”: essa afirmação forte é um desafio de décadas imposto ao país que nega a discriminação e o preconceito racial, seja em períodos autoritários e ditatoriais ou nos intervalos democráticos e de respeito às diferenças. A chama do levante negro por seus direitos é incessante.

Em todos esses períodos, os associativismos e movimentos negros sempre estiveram lá. E é importante reconhecê-los, homenageá-los e aprender com essas vidas negras impressionantes. Elas lutaram para existir em um tempo melhor. Ao fazer isso, pensaram em si e em seus descendentes. Em nós, de maneira ampla, pois isso é a prática do antirracismo. Também é importante nos perguntarmos sobre os apagamentos e invisibilidades históricas contra os quais aquelas experiências negras se bateram. Por que as desconhecemos?

Por que nunca ouvimos falar de algumas das histórias, lugares, pessoas, grupos que aparecem aqui? De suas vidas exemplares e suas ações extraordinárias?

A circularidade do tempo não significa que inexistam avanços. Pelo contrário: essa espiral de experiências vitais e de lutas radicais produziu um longo fio da memória coletiva negra, pensada em 8 eixos conectados entre si. Um ato de realização de justiça e de direito à memória social – uma memória viva, radiante e que precisa ser conhecida, debatida e compartilhada por todos nós. A luta por direitos é incessante, justa, pública e encontrará a sua vitória, através de nossas ações e nossos compromissos antirracistas públicos com relação ao passado, presente e ao futuro. Também é desafiadora a arte no painel no exterior do Memorial, inspirada na força das palavras das mulheres negras de Geledés: “Afinal, o século XXI é negro, feminino e nosso. Basta apenas tomá-lo em nossas mãos.”

As **Memórias do Futuro** mostram diferentes experiências coletivas que se organizam nesse fio, formando conexões de lutas por direitos, solidariedade antirracista e afirmação da vida negra como forma de resistência. Mulheres negras e homens negros que dialogam conosco, mostrando seus caminhos criados e imaginados em coletivo, buscando alternativas, lutando ontem, hoje e sempre por dias melhores. Não basta não ser racista: é necessário ser antirracista. Conheçamos um pouco da história da vida negra de São Paulo e suas lutas, vitórias, alegrias e dores. O presente e o futuro exigem muito dessa coragem de todas e todos nós.

Mário Augusto Medeiros da Silva
Curador

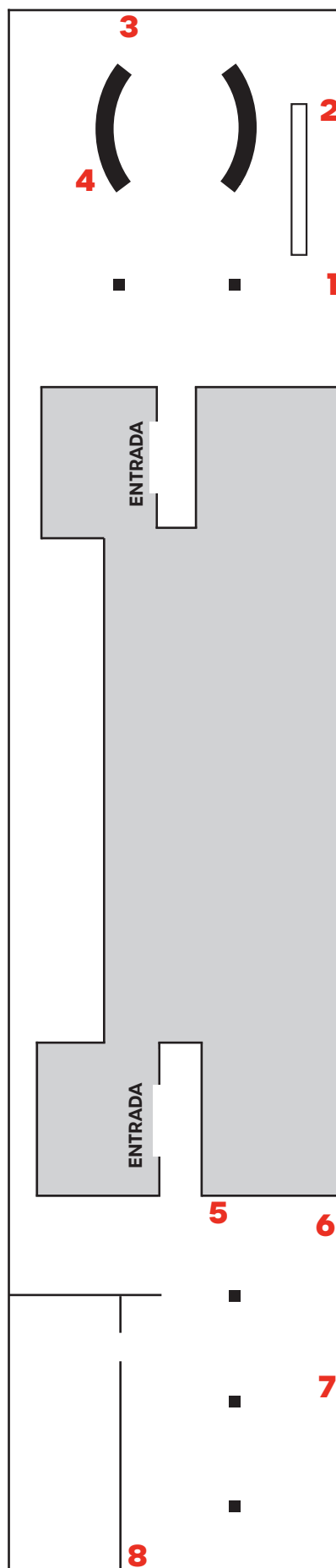
**O
FUTURO
SERÁ
O QUE
FIZERMOS
JUNTOS**

*Frase incluída em cartaz do "I Encontro
Estadual em Defesa da Raça Negra".
Revista MNU, n. 03, 1981*

PLANTA DA EXPOSIÇÃO

TEXTOS DE PAREDE

- 1 TERRITÓRIOS NEGROS E MEMÓRIAS EM DISPUTA:
A PERSISTÊNCIA NO ESPAÇO**
- 2 ASSOCIATIVISMO, CLUBES, ENTIDADES E IRMANDADES:
A FORÇA DO COLETIVO**
- 3 ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: AS RUAS, OS
SALÕES E OS PALCOS COMO LUGARES DE DIREITOS**
- 4 REDEMOCRATIZAÇÃO E NOVA REPÚBLICA:
A DEMOCRACIA É UMA LUTA NEGRA**
- 5 IMPRENSA NEGRA PAULISTA E CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS:
A COMUNICAÇÃO COMO MEIO DE LUTA**
- 6 LITERATURA NEGRA:
O DIREITO À IMAGINAÇÃO**
- 7 REPRESSÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA, 1930-1980**
- 8 ENFRENTANDO A TRIPLA OPRESSÃO:
O SÉCULO XXI É NEGRO, FEMININO E NOSSO**



TERRITÓRIOS NEGROS E MEMÓRIAS EM DISPUTA: A PERSISTÊNCIA NO ESPAÇO

As marcas da presença negra em São Paulo, desde o período colonial, ainda estão visíveis em edificações e na transmissão de rituais nos nossos dias. A cidade foi construída por várias mãos, muitas delas negras, de africanos escravizados, libertos ou cidadãos negros. Igrejas, paços, chafarizes, calçamentos, prédios e espaços públicos, residências privadas, estradas e caminhos para o interior e para o mar. Construtores da materialidade, numa cidade da qual já se disse, na virada para a modernidade, que não possuía passado nem presente, somente futuro, o que se confirma na rapidez com que muitos espaços são destruídos por interesses públicos e privados e à revelia do bem comum.

Dessa forma, o futuro estaria sempre no horizonte, soterrando aquilo que poderia ser considerado atrasado face ao moderno – e soterrando também, nesse atraso inadequado, a presença negra. Ela, entretanto, vive e pulsa entre nós hoje, nos interpelando através da obra de Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas; de igrejas e irmandades do Rosário dos Homens Pretos, capelas coloniais engolfadas em becos ou por edifícios envidraçados no centro da cidade, em territórios de história negra, como o bairro da Liberdade; pela memória física e intangível de terreiros de candomblé e umbanda, que, apesar das discriminações, do histórico de tentativas de remoção e do racismo, persistem a nos lembrar as referências negras da memória paulista.

Tais lugares estão em regiões que, antigamente afastadas, hoje pontuam espaços centrais das cidades, tornando-se pontos de encontros e manifestações, da ritualização de memórias familiares, recordando o presente da vida negra ancestral, das injustiças sofridas e da persistência da luta negra. O Largo da Força e o Beco dos Aflitos possuem esses nomes por terem sido locais de torturas e suplícios promovidos pela escravidão em São Paulo. Mas também passaram a ser ressignificados como lugares de memória, devoção, cumprimento de promessas e resistência para a população mais ampla. A disputa pelas memórias dos lugares está no nosso horizonte, com a redefinição da fisionomia de bairros e trocas de denominações. A cultura é viva e dinâmica, mas seu movimento não deve promover o apagamento da história dos lugares, sob pena de dar continuidade a práticas sociais de apagamento.

A persistência dessa presença também é uma ocupação do espaço público. A invisibilidade marcada pelo racismo não conseguiu apagar, no entanto, a fé e as tradições transmitidas por gerações negras.

Paulatinamente e à força de muita luta, houve um reconhecimento tardio desses espaços pelo Estado, por meio das políticas de tombamento e registro de patrimônio cultural. Importa conhecer esses espaços, visitá-los e homenagear o significado de suas experiências.

Tebas

Mestre da arte da cantaria, Joaquim Pinto de Oliveira (1721-1811), mais conhecido como Tebas, foi um ex-escravizado e arquiteto, responsável por obras de fundamental valor arquitetônico e histórico na cidade de São Paulo. São creditadas a Tebas as fachadas da Igreja do Mosteiro de São Bento, da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, da antiga Igreja Matriz da Sé e da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, além do Chafariz da Misericórdia. Construído nos primeiros anos da década de 1790, o Chafariz é considerado uma das contribuições mais emblemáticas de Tebas, já que, além de funcionar como obra de abastecimento público regular de São Paulo, tornou-se um importante local de socialização para mulheres e homens escravizados. Apesar da indiscutível importância de Tebas para a arquitetura do Brasil colonial, seu nome só foi incluído no quadro do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo em 2018.

A antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi originalmente construída ainda no século XVIII e estava localizada na atual Praça Antônio Prado, região central de São Paulo. A demolição da igreja e sua posterior reconstrução no Largo do Paissandu ocorreu num contexto de intensas transformações urbanas e de caráter modernizante que tiveram lugar em São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Segundo consta, esse processo chegou ao auge na gestão do prefeito Antônio da Silva Prado, que efetivou a transferência da Igreja em 1904.

Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Largo do Paissandu

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada no Largo do Paissandu, possui uma incontestável importância histórica e arquitetônica para a cidade de São Paulo, inclusive porque desde sua fundação até os dias atuais funciona como local de realização de práticas religiosas, sociabilidade e resistência da comunidade negra. Além do calendário católico, realizaram-se na Igreja e seu entorno, por exemplo, o concurso Bonequinha do Café, a Festa do Rosário e o culto à Mãe Preta.

Monumento à Mãe Preta

O Monumento à Mãe Preta é uma escultura de bronze de 1955 localizada no Largo do Paissandu, região central de São Paulo. A história desse monumento está relacionada ao Clube 220, na figura de Frederico Penteado Jr., que encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo um pedido de construção de um busto à Mãe Preta. Em dezembro de 1953, foi instituído o concurso de maquetes para a execução do monumento. O vencedor foi o escultor Júlio Guerra. Ao longo da década de 1960, o Clube 220, com o auxílio de integrantes do candomblé, passou a celebrar o Dia da Mãe Preta na data de 13 de Maio, por meio da realização de rituais e festividades ao redor da estátua.

Igreja Nossa Senhora do Rosário de Penha da França

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi construída ainda no século XIX e está localizada desde sua fundação no bairro Penha de França, na Zona Leste de São Paulo. Construída pela Irmandade dos Homens Pretos, a Igreja foi tombada pelo CONDEPHAAT (1982) e pelo CONPRESP (1991). Além do seu inegável valor arquitetônico, a presença da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos representa um dos símbolos da resistência negra na cidade de São Paulo. Ao longo das décadas, importantes manifestações culturais foram e ainda são realizadas nela e em seus arredores, como a Festa do Rosário e apresentações do Cordão Carnavalesco Dona Micaela.

Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados

A Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados ou “Igreja das Almas” é uma construção do século XIX e está localizada na Liberdade, região central de São Paulo. Sua história está relacionada à morte por enforcamento do soldado negro Francisco José das Chagas, conhecido como Chaguinha. De acordo com o costume, uma cruz foi erguida no local da morte e velas foram acesas ao redor, no local onde hoje é a Igreja. Apesar das lendas e informações desencontradas que envolvem esse episódio, documentos depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana indicam que a igreja passou por profundas transformações e descaracterizações ao longo do século XX.

Capela dos Aflitos

No ano de 2019, o Condephaat, através da criação do grupo de trabalho “Territórios Tradicionais de Matriz Africana Tombados de SP”, efetuou o tombamento de cinco espaços considerados territórios tradicionais de matriz africana, locais de resistência, transmissão de conhecimentos, preservação de identidades e formas de manutenção de atividades culturais. Localizados na cidade de São Paulo e na região metropolitana, são eles: Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein; Templo de Culto Sagrado Tatá Pércio do Battistini Ilê Alákétu Asé Ayrá; Centro Cultural Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy; Centro Cultural Ilê Olá Omi Ase Opo Araka; e Terreiro de Candomblé Santa Bárbara. Além disso, houve o registro do Santuário Nacional da Umbanda, localizado em São Bernardo do Campo, como patrimônio imaterial do Estado.

Territórios Tradicionais de Matriz Africana Tombados de SP

No ano de 2019, o Condephaat, através da criação do grupo de trabalho “Territórios Tradicionais de Matriz Africana Tombados de SP”, efetuou o tombamento de cinco espaços considerados territórios tradicionais de matriz africana, locais de resistência, transmissão de conhecimentos, preservação de identidades e formas de manutenção de atividades culturais. Localizados na cidade de São Paulo e na região metropolitana, são eles: Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein; Templo de Culto Sagrado Tatá Pércio do Battistini Ilê Alákétu Asé Ayrá; Centro Cultural Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy; Centro Cultural Ilê Olá Omi Ase Opo Araka; e Terreiro de Candomblé Santa Bárbara. Além disso, houve o registro do Santuário Nacional da Umbanda, localizado em São Bernardo do Campo, como patrimônio imaterial do Estado.

Terreiro Axé Ilê Obá

O Terreiro Axé Ilê Obá foi fundado em 1950 por Caio Egydio de Souza Aranha, o Pai Caio de Xangô. Localizado desde 1975 no bairro do Jabaquara, zona sul de São Paulo, o terreno do terreiro compreende uma área útil de cerca de 400 m², com espaços reservados para cada orixá, um barracão comum para a realização das cerimônias e festividades e salas ligadas ao culto. O Axé Ilê Obá carrega em sua história o fato de ter sido o primeiro terreiro no Estado de São Paulo a ser tombado pelo Condephaat, devido ao reconhecimento do seu valor como um importante espaço de luta, resistência e sociabilidade da comunidade negra.

Quilombo de Ivaporunduva

O Quilombo de Ivaporunduva está localizado na cidade de Eldorado/SP, sendo considerado a mais antiga das comunidades do Vale do Ribeira. Sua origem remonta ao século XVII e está relacionada à atividade mineradora. Em função do declínio da mineração e do progressivo desinteresse da população branca em permanecer na área, o quilombo logo se tornou região de escravizados alforriados. Reconhecido como quilombo em 1997, destacam-se sua capacidade organizativa, a consciência da condição quilombola e a valorização da memória coletiva e da educação como marcas positivas da estrutura presente em Ivaporunduva.

ASSOCIATIVISMO, CLUBES, ENTIDADES E IRMANDADES: A FORÇA DO COLETIVO

A vida negra é perpassada pela associação e pela solidariedade, e isso enfrenta o senso vulgar e preconceituoso, no Brasil, que afirma a desunião entre as pessoas negras em relação a um ideal comum. Isso está muito longe da realidade e do cotidiano histórico da vida negra.

Grêmios recreativos, sociedades beneficentes, clubes de lazer, entidades de mútuo apoio, de ajuda funerária ou hospitalar, locais de poupança e de esforços para adquirir propriedades: no Brasil, há uma história de sociedades negras desse tipo espalhadas por quase todo o território nacional, que são parte do que hoje se denomina "Clubes Sociais Negros".

Há uma história presente nas cidades paulistas que é contada por sedes de associações com nomes homenageando marcos históricos ou personalidades importantes para a experiência negra, como Treze de Maio, 28 de Setembro (Dia da Mãe Negra e da Lei do Ventre Livre de 1871), Princesa Isabel, José do Patrocínio. São Paulo possui ao menos 20 clubes negros espalhados por 21 cidades do interior e capital.

Os nomes mudam com o passar dos anos e das lutas por direitos, como nos casos do Clube Negro de Cultura Social (1928), Associação Jabaquara (anos 1940), Associação José do Patrocínio (1947), Clube 220 (anos 1950 a 1970), Associação Cultural do Negro (1954-1976) ou Aristocrata Clube (criado em 1961), mas os princípios são semelhantes. Solidariedade, trabalho coletivo, direito ao lazer, espaços seguros de sociabilidade e respeito, afetos e valorização familiar, transmissão de experiências, organização de lutas coletivas. E luta contra a discriminação e o racismo histórico da experiência brasileira.

A depender do momento histórico, entidades que inseriram a vida negra na experiência cívica de luta por direitos ou de participação política, como a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a Legião Negra de São Paulo (1932), também são experiências importantes. Todas merecem ser conhecidas e conectam-se com outras semelhantes em diferentes estados do Brasil, formando uma rede que permite contar a história da cidadania brasileira e da luta por direitos civis, sociais e políticos com a participação protagonista negra. Essa história faz parte de um fio da memória que pode alcançar os nossos dias como antepassada dos movimentos negros contemporâneos.

Clube 13 de Maio

Em 1901, foi criada a Sociedade Beneficente Antônio Bento com o objetivo de comemorar anualmente a Abolição da Escravatura. Em 1908, a associação mudou de caráter e até de nome, passando a se chamar Sociedade Beneficente 13 de Maio, com a finalidade de prestar serviços médicos, farmacêuticos, jurídicos e educacionais aos seus associados. Funcionando em diferentes espaços até a construção da sede, o clube abrigou, entre os anos 1930 e 1950, escolas musicais e de alfabetização de adultos, além de dois jornais da imprensa negra paulista: *O Patrocínio* e *Nosso Jornal*. Entre as décadas de 1930 e 1960, a Sociedade também manteve eventos de futebol, com partidas de “Branços x Pretos”.

Sociedade Beneficente e Recreativa Princesa Isabel

Em julho de 1952, um grupo de pessoas negras se reuniu na cidade de Batatais/SP com o objetivo de criar uma associação beneficente e cultural voltada especialmente para os “homens de cor”. Surgiu, assim, a Sociedade Beneficente e Recreativa Princesa Isabel, em oposição ao racismo de outros clubes existentes naquela época. Apesar do cenário adverso à população negra da cidade, a associação fez mais que resistir à invisibilidade e não se limitou a criar sua própria sociabilidade. Os estatutários registraram em Ata que aceitariam “todas as pessoas” em seus bailes, “sem diferença de nacionalidade, raça ou cor”.

Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio

O Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio foi fundado em 4 de maio de 1928 na cidade de São Carlos/SP. A associação foi idealizada por Alfredo Gonçalves e um grupo de ferroviários da Companhia Paulista que, discriminados em outros clubes da cidade, sentiram necessidade de um espaço para a sociabilidade negra na cidade. Foi só nos anos 1940 que o então prefeito Luiz Augusto de Oliveira doou o terreno para a construção da sede, tendo o clube funcionado em locais provisórios até aquele momento. Contando com o apoio financeiro da companhia ferroviária, o desenho do piso do Flor de Maio se assemelha ao traçado de trilhos de ferro.

Sociedade Cultural e Beneficente 28 de setembro

A Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro foi criada em 1945, em Sorocaba/SP, atrelada ao desmantelamento da Frente Negra Brasileira durante o Estado Novo. No momento de sua fundação, a associação estava localizada em uma região afastada do centro da cidade. Atualmente, encontra-se em seu perímetro. A construção da sede da associação contou com a doação de tijolos por parte da Companhia Nacional de Estamparia (Cianê). Em atividade há 76 anos, esta entidade tem se destacado na realização de atividades associativas, cujo objetivo é valorizar a cultura afro-brasileira.

Frente Negra Brasileira

Fundada em 1931 por Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Benedito Veiga dos Santos, José Correia Leite e Raul Joviano do Amaral, entre outros, a Frente Negra Brasileira é conhecida como uma das principais entidades negras criadas no século XX. Apesar de ter sua origem ligada à cidade de São Paulo, a FNB teve rápido crescimento e contou com filiais em vários estados brasileiros. A atuação da Frente Negra incluía a

importância de discutir a inserção do negro no debate nacional, além de promover atividades de caráter cultural e educacional. Em 1937, com o Estado Novo, a Frente Negra foi dissolvida, extinguindo-se junto com ela sua tentativa de se tornar o primeiro partido político negro da história do Brasil.

Legião Negra

Criada em 1932 por Joaquim Guaraná de Santana, a Legião Negra foi um destacamento militar formado por pessoas negras com o objetivo de reunir combatentes para lutar contra o governo de Getúlio Vargas na chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Sediada na Barra Funda, região central de São Paulo, a Legião Negra conseguiu arregimentar em suas fileiras cerca de 2.000 voluntários civis. Antes de irem para o campo de guerra, havia um treinamento inicial, ainda que precário, durante o qual os voluntários recebiam roupa e munição.

Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiaiense 28 de Setembro

O Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiaiense 28 de Setembro é considerado a entidade associativa negra mais antiga do Estado de São Paulo. Fundado em 1897, alguns documentos trazidos à tona recentemente indicam, segundo seus sócios atuais, a intenção de criá-lo já em 1895. A história do 28 de Setembro está ligada à expansão da ferrovia paulista em Jundiaí e, especialmente, à necessidade de providenciar assistência aos ex-escravizados e libertos. Decorre daí seu caráter beneficente, com auxílio médico, funerário, educacional etc. A sede atual do clube data de 1946. Para sua construção, foi criado um Livro de Ouro com a contribuição dos sócios.

ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: AS RUAS, OS SALÕES E OS PALCOS COMO LUGARES DE DIREITOS

A arte negra é política porque a imaginação e os corpos das pessoas negras em cena, ocupando espaços públicos ou palcos consagrados, são formas de insubordinação e de afirmação de direitos à existência historicamente apartados.

A história da capital e de cidades do interior de São Paulo é marcada por diferentes momentos de cerceamento ao direito de ocupar as ruas, de ir e vir em determinadas regiões e horários considerados "nobres", de comparecer a lugares de fruição do lazer e da arte com frequentadores monocromáticos e pertencentes a classes sociais específicas. Quando atores e atrizes, artistas plásticos, foliões, carnavalescos, dançarinos, congadeiros e vários outros afirmam que essas ruas e palcos também lhes pertencem, cai o pano da discriminação e do preconceito e a luta antirracista ganha a cena.

Cordões carnavalescos; grupos e escolas de samba; teatro folclórico, experimental, feminista; espaços de dança, equipes de bailes blacks e funk; hip hop: As artes negras são plurais e tão diversas quanto a história da expressão negra. Mulheres negras e homens negros nos espaços públicos das cidades paulistas, com seus corpos, cantos, instrumentos musicais, textos e expressões de religiosidade ocupando ruas, barracões, palcos, organizando festivais, competições, lazeres. Também espaços de encontro de visões de mundo, troca de ideias, organização política e reivindicação de direitos.

A historiografia das artes negras incorpora desde os registros das congadas e do samba paulista através das formas do samba-lenço e do tambu, em históricas fotografias das romarias negras em Pirapora do Bom Jesus, passando pelo início do carnaval, com os cordões, até a pouco conhecida história do Teatro Experimental do Negro de São Paulo e do Teatro Popular Brasileiro, antepassados de companhias teatrais contemporâneas como as Capulanas Companhia de Arte Negra ou Os Crespos.

O hip hop paulistano nos anos 1980, nos tempos da estação São Bento, bem como a cena contemporânea composta por grupos como Ilú Obá de Min, reafirmam a rua como o espaço público reivindicado pela vida negra para mostrar sua arte e defender seus direitos. As ruas, os palcos, as galerias, as telas, as cidades: um longo fio da memória de ocupação de espaços de direito e por direitos que não podem ser interditados.

Bailes *black*

Nas décadas de 1970 e 1980, começaram a se multiplicar na cena musical Rio-São Paulo os chamados bailes blacks. Na capital paulistana destacam-se a Chic Show, Transa Negra, Zimbabwe e Black Mad como grandes equipes produtoras desses eventos. Com uma influência direta dos ritmos da *black music* norte-americana, esses espaços logo ganharam forte apelo entre a juventude, na medida em que funcionavam como um importante espaço de sociabilidade, resistência e produção e reafirmação de identidades. Em plena ditadura civil-militar, a comunidade de informações e segurança do regime produziu extensos dossiês sobre o caráter “subversivo” desses bailes, e muitos de seus integrantes foram fichados e perseguidos.

Samba de lenço in Rio Claro

A história e o legado da comunidade negra no interior de São Paulo no pós-abolição estão ligados diretamente à cidade de Rio Claro e suas manifestações artísticas e culturais, como o samba-lenço, onde os sambadores seguravam cada um uma ponta do lenço. Considerada uma das formas do samba rural paulista, o samba lenço, assim como o samba de umbigada, era dançado durante a celebração de festividades, como o 13 de maio. Incrições no verso de algumas das fotografias apresentadas apontam que os registros ocorreram durante festividade no dia 13 de maio, possivelmente na década de 1940, nas imediações da praça General Antonio Gonçalves Ribeiro (comumente conhecida como praça São Benedito).

Ilú Obá de Min

Fundado em 2004 pelas percussionistas Beth Beli, Adriana Aragão e Girlei Miranda, o bloco afro Ilú Obá de Min tem como um de seus objetivos divulgar a cultura negra no Brasil, além de promover o empoderamento feminino. Com uma bateria formada exclusivamente por mulheres, o Ilú Obá reafirma a ocupação das ruas de São Paulo como o espaço público reivindicado pela vida negra para mostrar sua arte e defender seus direitos.

Carnaval Paulistano

Os desfiles de cordões, blocos carnavalescos e aquelas que mais tarde seriam chamadas de escola de samba, em São Paulo, têm sua origem no início do século XX, com a fundação do Cordão da Barra Funda por Dionísio Barbosa. Naquele momento, a população que frequentava essas festividades era majoritariamente negra e operária. Entre as décadas de 1930 e 1960, mas ainda sob influência dos cordões e do samba rural paulista, foram surgindo as primeiras escolas de samba, como a Camisa Verde e Branco, Nenê de Vila Matilde, Vai-Vai e Unidos do Peruche.

Pato n'Água

Walter Gomes de Oliveira, popularmente conhecido como Pato n'Água, foi um conhecido apitador de bateria da Vai-Vai, escola de samba criada no bairro do Bexiga, zona central de São Paulo. Em 1969, em plena ditadura civil-militar, Pato n'água foi assassinado em circunstâncias até hoje não esclarecidas. O samba “Silêncio no Bexiga”, de autoria de Geraldo Filme, é uma homenagem a Pato n'Água e seu apito que emudeceu.

Madrinha Eunice

Deolinda Madre, mais conhecida como Madrinha Eunice, nasceu na cidade de Piracicaba/SP em 1909. Aos 11 anos de idade veio morar na capital paulistana, mais precisamente nas imediações do bairro da Liberdade. Além de Madrinha Eunice ter sido comerciante, sua história guarda estreita relação com a história do samba em São Paulo, já que ela fundou em 1937 a primeira escola de samba da cidade, a Sociedade Recreativa Beneficente Esportiva Escola de Samba Lavapés. Madrinha Eunice morreu aos 87 anos, mas seu legado e memória continuam vivos, seja na permanência das atividades da escola de samba ou na recém-inaugurada escultura de bronze localizada na Praça da Liberdade.

Dionísio Barbosa

Dionísio Barbosa nasceu na cidade de Itirapina/SP em 1891. Instalado no bairro da Barra Funda, Barbosa fundou em 1914 o primeiro cordão carnavalesco da cidade, o chamado Cordão da Barra Funda. Num momento em que as escolas de samba ainda não existiam, grupos populares saíam às ruas no carnaval para cantar e tocar samba. Além disso, Barbosa introduziu na capital elementos da música que era produzida no interior, como o samba de bumbo.

Samba de rua em Pirapora do Bom Jesus

A cidade de Pirapora do Bom Jesus, localizada no interior de São Paulo, é conhecida pelas manifestações culturais e religiosas realizadas ao longo de sua história. Apesar do samba paulista não ter nascido naquele município, Pirapora figurou ao longo dos séculos como um importante ponto de encontro e local de sociabilidade para grupos majoritariamente negros oriundos de diversas regiões do Estado de São Paulo. Na década de 1930, esse movimento sistemático chamou a atenção de Mário de Andrade, Mário Wagner Vieira da Cunha e Claude Lévi-Strauss, que elaboraram análises e fizeram a documentação fotográfica das festividades ocorridas em Pirapora para o então Departamento de Cultura de São Paulo.

Teatro Experimental do Negro de São Paulo (TENSP, 1945-1966)

O Teatro Experimental do Negro de São Paulo foi uma companhia teatral menos conhecida que o grupo no qual se inspirou, o Teatro Experimental do Negro do Rio de Janeiro, criado em 1944 por Abdias do Nascimento. Dirigido por Geraldo Campos de Oliveira e Dalmo Ferreira, o TENSP formou e revelou durante duas décadas atores e atrizes negras e negros na cidade de São Paulo, como Áurea Campos, Samuel dos Santos, Dalmo Ferreira e Jacira Sampaio. Apesar das poucas informações e trabalhos sobre o TENSP, não é exagero afirmar que foi uma das mais longevas experiências teatrais negras da história da cidade, com a encenação de peças de dramaturgos nacionais e internacionais.

Capulanas

Criada em 2007, a Capulanas Cia de Arte Negra foi formada por ex-alunas do curso de Artes do Corpo da PUC/SP. Desde 2012, sua sede – Goma Capulanas – está localizada na periferia da zona sul da capital. As idealizadoras da Capulanas, Adriana Paixão, Débora Marçal, Flávia Rosa e Priscila Preta, pretendem estabelecer conexões entre os ritos, valores e tradições africanas com a realidade da mulher negra brasileira.

REDEMOCRATIZAÇÃO E NOVA REPÚBLICA: A DEMOCRACIA É UMA LUTA NEGRA

A luta pela redemocratização no Brasil é uma componente fundamental da agenda da experiência política negra. Contar a história da cidadania e do retorno à democracia sem tratar do ativismo e da resistência política de movimentos negros variados é um grave equívoco que incorre na prática social do esquecimento e da invisibilidade motivados pela história única.

O longo fio da memória negra e sua luta coletiva por direitos em São Paulo alcança o início dos anos 1980 e diferentes agendas de mobilização política de movimentos negros organizados, intelectuais e ativistas, homens e mulheres comprometidos com o retorno à vida democrática e o direito ao voto, mas sem esquecer a necessária crítica ao mito da democracia racial, ao racismo e a diferentes formas de violência que atravessam a experiência negra.

A mobilização pela memória coletiva girou em torno do Memorial a Zumbi dos Palmares, aliado à sustentação do Dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Os quilombos também são um componente distintivo dessa luta, sendo comum ver em cartazes a figuração de quilombolas guerreiros, conclamando ao orgulho, conectando o passado e o presente à luta.

A pauta da violência racial foi central na luta antirracista do final dos anos 1970 e da década seguinte, tanto quanto a atuação na Constituinte (1986-1988) e a Constituição (1988), com protagonismo dos movimentos negros, junto da crítica ao Centenário da Abolição (1988) .

Desemprego e discriminação no mercado do trabalho; políticas antirracistas de educação e o tema da saúde da população negra; a AIDS e a anemia falciforme; a necessidade de fortalecer a solidariedade interna ou internacional são temas recorrentes no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A Marcha Nacional pelos 300 anos de Zumbi, em 1995, é um momento importante, assim como a Conferência de Durban contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em 2001.

Ainda assim, a violência do racismo persiste, explicando a mobilização de mais de 250 movimentos negros contemporâneos que desde 2019 se organizaram na Coalizão Negra por Direitos. Seu lema sintetiza o projeto e a demanda secular: "Enquanto houver racismo, não haverá democracia".

Coalizão Negra por Direitos

Criada em 2019, a Coalizão Negra por Direitos é uma organização que reúne (até maio de 2022) 250 movimentos negros contemporâneos, número que segue crescendo. Desde sua fundação, organiza uma agenda de atividades e mobilizações de abrangência nacional e internacional que recupera a longa história de luta por direitos da população negra, no passado e também no presente. No contexto da pandemia de covid-19 no Brasil, a Coalizão organizou campanhas de distribuição de alimentos para famílias carentes, além de reivindicar a permanência do auxílio emergencial.

Marcha Zumbi dos Palmares (1995)

A Marcha Zumbi dos Palmares é fruto da organização de diferentes movimentos negros que participaram, desde 1978 e especialmente após a redemocratização, da vida cívica brasileira. O ano de 1995 foi escolhido para lembrar os 300 anos da morte de Zumbi, mas também para discutir a atualidade da luta antirracista e a demanda por direitos. Naquele momento, cerca de 30 mil ativistas negros e negros marcharam pela Esplanada dos Ministérios com lemas como “Reaja à violência policial”, “Negro também quer poder”, Zumbi vive, racismo, não”. O saldo conquistado foi a criação do GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra.

IMPrensa NEGRA PAULISTA E CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS: A COMUNICAÇÃO COMO MEIO DE LUTA

Após a Abolição e no contexto da República, em 1889, já existia uma imprensa negra em São Paulo. Nas suas páginas, reflexões sobre as aspirações e incertezas de homens e mulheres de cor, pretos, pardos e negros com as transformações em curso, nas quais eram protagonistas e interessados diretos. Também notas sobre a vida cotidiana, a solidariedade e o lazer, a vida familiar, publicação de poemas e contos, correio afetivo, fotografias de personalidades conhecidas e pessoas comuns. Essa imprensa continuou pujante no século XX, com jornais ligados a entidades de bailes, sociedades beneficentes e organizações políticas.

Procuravam informar sobre o contexto local, nacional e internacional, e, assim, podemos verificar uma circulação de ideias da vida negra no espaço transnacional. De alguns jornais temos poucos exemplares ou fragmentos; de outros, edições completas. Em todos, o entendimento da comunicação como meio de luta na modernidade.

Um traço comum em toda a história da imprensa negra paulista, que começa em 1889 e alcança os nossos dias no século XXI, é a narrativa da vida negra por seus protagonistas. É também a reivindicação por direitos, a luta contra o preconceito racial. Denúncias de discriminações em espaços públicos, notas de cobranças a autoridades, chamadas para a união da comunidade em torno de um ideal comum. Também apelos à união por meio de anúncios de comércios e iniciativas tocadas por proprietários negros e negras, incentivando a circulação do dinheiro entre iguais para o fortalecimento em grupo.

A história da imprensa negra paulista é uma história da cidadania impressa, de diferentes momentos da nossa experiência autoritária e democrática, violenta e racista, numa comunidade diversa que constrói um retrato de si mesma conectado pela escrita e pelo direito à livre expressão.

É um fio da memória dos meios atuais de informação e divulgação negra através de canais nas redes sociais e podcasts de comunicadores negros. Sua razão continua a mesma: "A imprensa que sai do viver do negro e tenta, sobretudo, falar para o próprio negro". (Oswaldo de Camargo)

LITERATURA NEGRA: O DIREITO À IMAGINAÇÃO

O direito à literatura é o direito à imaginação e de transmissão de experiências humanas.

Tão fundamental quanto os direitos à vida, de ir e vir e à liberdade, especialmente criativa. Importante enquanto expressão da diversidade, portanto marcado por classe, gênero, cor. Ao longo de todo o século XX, diferentes gerações de poetas, romancistas, contistas e dramaturgos negros e negras defenderam a existência de uma Literatura Negra, produzida pela autoria negra, com o projeto de narrar a vida de pessoas negras de maneira não estereotipada, não subalternizada.

E, principalmente, uma Literatura Negra em que aquela vida negra seja protagonista, capaz de transmitir experiências complexas, que permita a reflexão sobre a nossa condição humana. A história da Literatura Negra no Brasil é majoritariamente uma história de luta pelo direito à existência e à busca por reconhecimento, autoeditada e autofinanciada, criada muitas vezes no interior de espaços associativos negros. E em franco combate contra o racismo e a discriminação racial. Memórias, romances rurais e urbanos, poemas eróticos, literatura fantástica, literatura negra feminina, projetos coletivos, contos, histórias em quadrinhos, romances gráficos: a literatura negra é o longo fio da busca pela liberdade de expressão e o direito à fabulação negros.

Há uma constante que deve ser observada nessa produção: a sua vontade ininterrupta de querer narrar e ser lida. A autoedição, a publicação por gráficas, faz parte dessa história literária, porque a história editorial brasileira operou de maneira discriminatória para com a produção negra durante décadas. As exceções confirmam a regra.

Dos livros fundamentais de Lino Guedes (1896-1951), um dos primeiros autores negros paulistas publicados em livro no século XX, passando por Oswald de Camargo (1936-), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Carlos Assumpção (1927 -), Ruth Guimarães (1920-2014) e os Cadernos Negros (1978-), às novas gerações representadas por autoras e autores como Elizandra Souza, Allan da Rosa, Akins Kinté, Catita, Dinha e Sacolinha, há muitas e muitos que devem ser lidos.

Oswaldo de Camargo

Oswaldo de Camargo nasceu na cidade de Bragança Paulista/SP em 1936. Múltiplo, Oswaldo é poeta, jornalista, crítico e historiador da literatura. Em 1959, já com residência na capital paulistana, passa a atuar como revisor do jornal *O Estado de São Paulo*. Naquele mesmo ano, faz sua primeira incursão na literatura, com a publicação do livro de poemas *Um homem tenta ser anjo*. Em 1972 lançou o volume de contos *O carro do êxito*. Com outras obras na bagagem, Oswaldo de Camargo é considerado um dos grandes nomes da literatura negra no Brasil, além de ter sua trajetória vinculada à militância no movimento negro, com participação ativa na Associação Cultural do Negro e colaboração com jornais da imprensa negra.

Lino Guedes

Lino Guedes nasceu na cidade de Socorro/SP. Sua data de nascimento é matéria de controvérsias. Foi um dos primeiros autores negros publicados em livro no século XX. Entre as décadas de 1920 e 1950, publicou livros autoeditados em gráficas e tipografias, trazendo ao público uma poesia em que os negros, no passado e no presente, são os personagens centrais. Entre suas obras, temos *O Canto do Cisne Preto*, *Negro Preto Cor da Noite*, *Urucungos*, *Vigília do Pai João* e outras. Lino Guedes foi também um dos fundadores do jornal *O Getulino*. Atuou como revisor em periódicos importantes em São Paulo, sendo mencionado em notas de jornais como o poeta da raça negra.

Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento/MG em 1914, mas passou boa parte da sua vida na capital paulistana, entre a favela do Canindé, Osasco, Santana e Parelheiros. Mulher, negra e trabalhando como catadora de papel, Carolina começou a registrar seu cotidiano na favela nos cadernos que recolhia. O encontro com o jornalista Audálio Dantas, já na década de 1950, possibilitou a reunião dos escritos de Carolina em livro e sua posterior publicação. Em 1960, com o lançamento de *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, Carolina ganhou projeção nacional e internacional, vendendo um número recorde de trinta mil exemplares apenas na primeira edição. Nos anos seguintes, ela lançaria ainda *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fomes* (1963), *Provérbios* (1963) e a publicação póstuma *Diário de Bitita* (1982).

Cadernos Negros

A série *Cadernos Negros*, publicada desde 1978 em São Paulo, é o exemplo mais acabado da perseverança do desejo de publicar, ser lido e formar um público leitor. Criada pelos escritores Cuti, Oswaldo de Camargo, Mário Jorge Lescano e Hugo Ferreira, foi continuada pelo coletivo Quilombhoje a partir de 1982, do qual permanecem à frente da publicação em nossos dias a escritora Esmeralda Ribeiro e o escritor Márcio Barbosa. A série atravessou décadas em um regime de publicação cooperativo dos autores, sem outro apoio editorial que não a própria estrutura do Quilombhoje.

REPRESSÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA, 1930-1980

A vigilância e a repressão aos movimentos negros em São Paulo acompanha a história da polícia política paulista. Entre 1924 e 1983, os agentes repressivos, através do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), acompanharam reuniões, realizaram investigações, produziram fichas e prontuários, prenderam, torturaram e assassinaram homens e mulheres negros não somente em razão de suas convicções políticas, mas também pelo fato de serem pessoas negras e ativistas contra o racismo e a discriminação racial.

A repressão também tomou como alvo as práticas religiosas de matrizes africanas e afro-brasileiras, por meio da Delegacia de Costumes. Autoridades de terreiros de candomblé ou umbanda eram abordadas e presas; os espaços de rituais dessas religiões eram desfeitos de maneira espalhafatosa e noticiada por jornais, com a exposição pública daquelas pessoas – apresentadas como “macumbeiros”, “feiticeiros” ou “curandeiros” – e de seus objetos rituais e práticas, acusando-as de charlatanismo e exploração da fé de ingênuos e ignorantes. A discriminação religiosa contra as religiões afro-brasileiras tem uma longa história, mas a sua capacidade de resistência, a despeito de tudo, também tem.

Apesar disso, os regimes autoritários negavam a existência do racismo e os governos eleitos em intervalos democráticos afirmavam vigorar uma democracia racial. Nenhuma dessas respostas praticadas pelo Poder de Estado foi suficiente para garantir os direitos básicos da cidadania negra paulista ou brasileira. Esperamos que as experiências cotidianas, as diversas organizações e os diferentes momentos da luta política negra pelos seus direitos de cidadania possam ser conectados não somente por meio da vigilância e da punição, mas também da resistência. A luta contra o autoritarismo brasileiro é uma luta cotidiana de diferentes facetas da experiência negra, que procuramos homenagear nesta parte da exposição.

Movimento Custo de Vida

O Movimento do Custo de Vida ou Movimento contra a Carestia foi criado em 1973 por um grupo de mulheres moradoras da periferia de São Paulo. Contando com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base, o Clube de Mães da Zona Sul se reuniu para questionar a alta do custo dos alimentos e exigir o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, além da criação de creches e escolas. Aos poucos, o movimento foi alcançando maior projeção, inclusive com a incorporação de outras entidades e suas demandas. Em 1978, em plena ditadura civil-militar, o Movimento do Custo de Vida conseguiu reunir na Praça da Sé cerca de 20 mil pessoas.

20 de Novembro e 13 de Maio

Na década de 1970, um importante debate pautou a agenda da militância negra organizada no país: a substituição da data 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura, pelo 20 de Novembro como data nacional de referência para a população negra. Elaborada pelo Grupo Palmares, coordenado pelo poeta Oliveira Silveira, a ideia era colocar o negro no centro do debate, e para isso adotou-se a figura de Zumbi dos Palmares como símbolo de resistência, celebração e reflexão sobre a condição do negro no Brasil.

Isaltino Benedito Veiga dos Santos

Isaltino Benedito Veiga dos Santos nasceu na cidade de Itu/SP em 1901. Atuou como jornalista e foi um importante ativista do movimento negro em São Paulo, atuando na fundação do Centro Cívico Palmares e da Frente Negra Brasileira, onde assumiu o cargo de Secretário Geral. Em função da projeção alcançada, Isaltino Veiga dos Santos teve suas atividades constantemente vigiadas pela polícia política. Segundo registros do DEOPS, Isaltino permaneceu preso entre novembro de 1935 e dezembro de 1936 no presídio Maria Zélia, em São Paulo. Durante esse período, escreveu uma série de cartas às autoridades policiais negando seu envolvimento com atividades comunistas ou consideradas "subversivas".

Carlos Marighella

Carlos Marighella nasceu em Salvador/BA em 1911. Em 1946, foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro; no entanto, o governo de Eurico Gaspar Dutra colocou o partido na clandestinidade e ele perdeu seu mandato. Na década de 1960, já na ditadura civil-militar, Marighella decidiu fundar a Aliança Libertadora Nacional, uma das principais organizações guerrilheiras em atuação no país naquele momento. Considerado o inimigo número um dos militares, não demorou para que a estrutura repressiva do regime empenhasse seus esforços na sua captura. Em novembro de 1969, Marighella foi assassinado numa emboscada na Alameda Casa Branca, região central de São Paulo, em uma ação coordenada pelo delegado do DOPS Sérgio Fleury.

Esmeraldo Tarquínio

Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho nasceu em São Vicente no dia 12 de abril de 1927. Além de ter sido advogado e jornalista, Esmeraldo Tarquínio também teve sua trajetória marcada por importantes passagens na carreira pública: em

1959 foi eleito vereador da cidade de Santos pelo PSB. Em 1962, foi eleito deputado estadual na mesma cidade. Já em 1968, Tarquínio seria eleito o primeiro prefeito negro, também pela cidade de Santos; no entanto, seus direitos políticos foram cassados pela ditadura civil-militar e ele foi impedido de tomar posse. Em 2017, quase 50 anos após a suspensão dos seus direitos políticos, Esmeraldo Tarquínio foi declarado prefeito de Santos em uma cerimônia simbólica..

Helenira Resende

Helenira Resende de Souza Nazareth nasceu em 1944 na cidade de Cerqueira César/SP. Líder estudantil, ex-vice-presidente da UNE, militante do Partido Comunista do Brasil e integrante da Guerrilha do Araguaia, Helenira teve uma trajetória marcada pela luta e resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Entre 1967 e 1968, Helenira foi presa três vezes e passou pelo Presídio Tiradentes, DOPS e Presídio de Mulheres do Carandiru. Às vésperas do AI-5, a família conseguiu libertá-la através de um habeas corpus. Helenira é considerada desaparecida política desde 1972. Naquele ano, aos 28 anos de idade, foi assassinada na região do Araguaia.

Santo Dias da Silva

Santo Dias da Silva nasceu em 1942 na cidade de Terra Roxa/SP. Operário e membro da Pastoral Operária, foi assassinado em outubro de 1979 pelo policial militar Herculano Leonel, enquanto fazia piquete de greve em frente à fábrica Sylvania, na zona sul de São Paulo. O velório de Santo Dias foi realizado na Igreja da Consolação e contou com a presença de milhares de pessoas. Enterrado no cemitério Campo Grande, a poucos metros da extinta fábrica em que foi assassinado, ainda hoje familiares e amigos prestam homenagem com a seguinte inscrição no asfalto: "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela polícia militar". Além dessa homenagem, a memória do operário vive no Comitê Santo Dias e nas muitas ruas, praças, escolas e pontes que levam seu nome.

Quinzena do Negro

A Quinzena do Negro da USP, realizada em 1977, foi organizada pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, último presidente da Associação Cultural do Negro. Em plena ditadura civil-militar, foram organizadas palestras, rodas de conversa e exposição de jornais da Imprensa Negra paulista, além de uma mostra sobre o negro na filmografia brasileira. Esse evento foi um importante momento de reunião de militantes, estudiosos e ativistas da luta antirracista e contou com nomes como Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Hamilton Cardoso, José Correia Leite, Milton Barbosa e Sueli Carneiro, entre outros.

Esquadrão da Morte (Death Squad)

No final da década de 1950 e início dos anos 1960 ocorreu o surgimento de grupos de extermínio conhecidos como "Esquadrões da Morte" em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, já no contexto da ditadura civil-militar. Entre seus integrantes havia policiais corruptos que atuavam por interesses diversos, praticando a tortura e o assassinato contra presos comuns e presos políticos, entre eles pessoas negras. Segundo investigação publicada pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, teria saído do Presídio Tiradentes o maior número de presos assassinados por esses

grupos de extermínio. Em sua grande maioria, essas pessoas eram torturadas e mortas na periferia com as iniciais "E.M." O ex-delegado do DOPS Sérgio Paranhos Fleury foi acusado de comandar o Esquadrão da Morte em São Paulo.

Assassinato de Robson da Luz

Em 1978, o jovem negro Robson Silveira da Luz, de 21 anos, foi preso e encaminhado para o 44o Departamento de Polícia de Guaianazes, zona leste da São Paulo. Segundo reportagem publicada no jornal Folhetim e registrada em documento do DOPS, o delegado Luiz Abdala teria proferido a seguinte frase: "Negro tem que ir pro pau." Sob a acusação de que teria roubado frutas, Robson foi barbaramente torturado e morreu dias depois. Esse episódio é emblemático para a história do movimento negro no Brasil em razão da sua repercussão, e também porque levou à criação do Movimento Negro Unificado em julho daquele mesmo ano.

Movimento Negro Unificado

Em 1978, em plena ditadura civil-militar, alguns episódios emblemáticos marcaram a comunidade negra: o assassinato de Robson da Luz; a discriminação sofrida por quatro jogadores negros dentro do Clube Regatas do Tietê; e o assassinato do operário Newton Loureiro, no bairro da Lapa. A reação imediata foi a criação e articulação do Movimento Negro Unificado (MNU). No dia 7 de julho daquele mesmo ano, cerca de 2 mil pessoas marcharam em direção ao Teatro Municipal, em São Paulo, em um ato público contra o racismo e os recentes episódios de violência contra a população negra. A história do MNU está relacionada às demandas do passado, mas também do presente, já que, com mais de 40 anos de existência, a entidade contribuiu – e ainda contribui – para pautar o debate público sobre a importância do movimento negro na Assembleia Constituinte, a demarcação de terras quilombolas ou mesmo o ensino de história africana nas escolas.

Jornegro

Criado em 1978, o *Jornegro* foi uma publicação vinculada ao Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Naquele momento, em plena ditadura civil-militar, a criação de jornais independentes como o *Jornegro* funcionou como importante instrumento para a denúncia da permanência da violência policial e do racismo sofridos pela comunidade negra, mesmo após a abolição da escravatura.

ENFRENTANDO A TRIPLA OPRESSÃO: O SÉCULO XXI É NEGRO, FEMININO E NOSSO

O feminismo negro e diferentes movimentos de mulheres negras estão, teórica e politicamente, entre os temas mais pujantes no debate contemporâneo, sendo cada vez mais comum, felizmente, a presença de intelectuais negras nacionais e internacionais em debates, publicações e no mercado editorial, inspirando a criação de coletivos de mulheres não negras e da juventude negra em geral. A política da memória retoma trajetórias, projetos e obras de mulheres negras pioneiras e suas continuadoras.

Além de um ato de justiça histórica, esta é uma forma de demonstrar que elas e outras mulheres anônimas “sempre estiveram lá”, lado a lado com seus parceiros homens negros e, por vezes, à revelia deles, uma vez que a solidariedade antirracista não exclui historicamente a dimensão do machismo e da misoginia no movimento negro. Por outro lado, o reconhecimento de uma agenda comum no movimento feminista, com as mulheres não negras, na luta contra o patriarcalismo como forma de poder e suas consequências, como o machismo, o feminicídio, a desigualdade no mercado de trabalho etc., não elimina a especificidade da pauta das mulheres negras e as maneiras da experiência de discriminação. Assim, os movimentos de mulheres negras e o feminismo negro incorporam em sua agenda uma tripla articulação por gênero, raça e classe.

Este é um percurso longo que acompanha todos os momentos desta exposição, não nos deixando esquecer que as mulheres negras são protagonistas históricas das lutas por direitos no Brasil.

A exposição realiza uma série de homenagens a tais experiências, que terão como núcleo o acervo de cartazes e documentação textual de Geledés – Instituto da Mulher Negra, fundado em São Paulo em 1988 e atuando desde então em agendas importantes: saúde da população negra; violência contra mulheres; direitos reprodutivos, o direito ao aborto seguro e a luta contra a esterilização negra; a ameaça da AIDS; o direito à diversidade sexual e de gênero; assistência jurídica às vítimas de violência racial; o projeto Rappers e a revista Pode Crê, no início dos anos 1990; os direitos da maternidade, da infância e da juventude negras; e as ações afirmativas. O acervo de cartazes de Geledés demonstra como também essa organização funciona como um lugar de memória das lutas antirracistas nacionais e internacionais. E como elas afirmaram, em 1997: “O século XXI é negro, feminino e nosso. Basta apenas tomá-lo em nossas mãos”.

Mulherio

Publicado entre 1981 e 1989, o Mulherio foi um jornal feminista criado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas interessadas em discutir temas que envolviam a condição feminina no Brasil, como saúde da mulher, creche, moradia e participação na política e no mercado de trabalho. Além disso, funcionou como um importante instrumento de intercâmbio de ideias com outros centros de estudos, cujo objetivo era debater o descaso do poder público no combate à desigualdade de gênero. Em suas fileiras, o Mulherio contou com mulheres de diferentes áreas de atuação, como Eva Alterman Blay, Ruth Cardoso, Maria Rita Kehl e Lélia González, a única intelectual negra a participar do jornal. Em seus artigos, Lélia denunciava a ausência do quesito raça nos debates feministas e a condição da mulher negra.

Geledés

Fundado em 1988 por um grupo de mulheres, o Geledés – Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil que atua na luta por direitos da comunidade negra, denunciando o racismo e o sexismo como elementos estruturadores da sociedade brasileira. Com sede na cidade de São Paulo, o Geledés encontra-se ainda em atividade, dialogando, em âmbito nacional e internacional, com os dilemas e desafios do mundo contemporâneo no combate às formas de discriminação contra minorias como mulheres, negros e população LGBTQIA+. O acervo de cartazes do Geledés, depositado no AEL/UNICAMP, funciona como um importante registro histórico da atuação dessa organização e de suas conexões com organizações que já deixaram de existir.

Saúde da mulher negra

Ao longo das últimas décadas, o Geledés – Instituto da Mulher Negra tem denunciado que, historicamente, o tema da saúde da mulher negra tem sido objeto de descaso do poder público. Algumas doenças como diabetes, hipertensão e anemia falciforme, por exemplo, causam impacto muito maior na população negra em comparação à população branca e, por isso mesmo, carecem de políticas de saúde de modo a garantir condições dignas de atendimento. Essa luta envolve, ainda, o direito ao aborto legal e seguro como questão de saúde pública, a luta contra a esterilização da população negra, a ameaça da AIDS e os direitos à vida e à diversidade sexual e de gênero.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RODRIGO GARCIA

Governador do Estado de São Paulo

SÉRGIO SÁ LEITÃO

Secretário do Estado de Cultura e Economia Criativa

CLÁUDIA PEDROSO

Secretária Executiva do Estado de Cultura e Economia Criativa

FREDERICO MASCARENHAS

Chefe de Gabinete do Estado de Cultura e Economia Criativa

Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência de São Paulo

Carla Gibertoni Carneiro, Lauro Pereira Ávila, Paulo Vannuchi, Renan Honório Quinalha

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA

Diretor-geral

Jochen Volz

Diretor administrativo e financeiro

Marcelo Costa Dantas

Diretor de relações institucionais

Paulo Romani Vicelli

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Coordenadora

Ana Pato

Coordenadora da Ação Educativa

Aureli Alves de Alcântara

Educadores

Alexia Sayuri Hino, Ana Carolina Ramella Rey Ammon, Daniel Augusto Bertho Gonzales, Guilherme Bertolino Nunes, Marcus Vinicius Freitas Alves

Centro de Referência

Caio Vargas Jatene

Julia Cerqueira Gumieri

Ação Cultural

Carolina Faustini Junqueira

Comunicação

Bruna Caetano de Deus, Daniela Campos (estagiária)

MEMÓRIAS DO FUTURO

Curadoria e pesquisa

Mário Augusto Medeiros da Silva

Assistência de curadoria e pesquisa

Carolina Faustini Junqueira

Pâmela de Almeida Resende

Projeto Expográfico

Isabel Xavier

Alice Schmitx (assistente)

Projeto gráfico e comunicação visual

Mariana Afonso (Design Gráfico e tratamento de imagens)

João Pinheiro (Desenhos)

Ação educativa

Equipe do Programa Educativo

Produção

Angela Gennari

Barbara Ivo de Freitas

Montagem

Jonatas Biet

Cleiton dos Santos

Gala Art Installation

Tradução e revisão

Editorial Estrela da Manhã - Marcelo Cipolla

Assessoria de imprensa

Si Comunicação

Realização

Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC)

Arquivos e organizações parceiras

Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/Unicamp

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Capulanas Cia de Arte Negra

Centro de Documentação e Informação Científica - CEDIC/PUC-SP

Coalizão Negra por Direitos

Condephaat

Museu da Cidade de São Paulo

Museu da Imagem e do Som

Ilú Obá De Min

Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP

Revista O Menelick 2º Ato

Agradecimentos

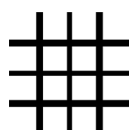
Adda A. P. Ungaretti, Adriana Pereira da Paixão, Ana Barone, André Paulilo, Aza Pinho, Daniel Arroyo, Elisabete

Mitiko Watanabe, Julio Marcelino, Marcelo D'Saete, Marciano Ventura, Nabor Júnior, Noemi Andreza da

Penha, Oswaldo de Camargo, Patricia Freire, Patrícia Toni, Reginaldo Bispo, Ricardo Santos, Rogerio Cavalheiro,

Silvana de Souza Nascimento, Taina Silva Santos, Vagner Gonçalves da

Silva



MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO